

## **Parte II**

### ***A Parada Gay* no discurso digital**

#### **Introdução da Parte II**

A parte que se segue é dividida em dois capítulos. No primeiro, apresentamos a metodologia escolhida para a investigação dos dados organizados – a Análise do Discurso. Discutimos também alguns conceitos importantes para a pesquisa das diferentes “vozes” que se expressam e manifestam na Internet a respeito da *Parada Gay*, como o de campo social.

No segundo capítulo, apresentamos no primeiro tópico um quadro geral do que os discursos nos indicam – como as categorias de análise estipuladas. O objetivo principal é preparar a pesquisa para a segunda parte do capítulo, que propõe um detalhamento das principais ocorrências discursivas e dos dados que evidenciam as interpretações de diferentes segmentos sociais a respeito das práticas não heteronormativas.

## Notas metodológicas

Como apontamos previamente, a *Parada do Orgulho LGBT* propõe uma agenda à sociedade em relação aos tópicos e questões relevantes para as minorias sexuais, gerando interpretações a respeito do evento. Para investigar estas reações, nosso trabalho terá como base o estudo da dispersão de sentidos produzidos, no âmbito do discurso, sobre o evento, nas diferentes estruturas abrigadas na Internet. Neste sentido, consideramos relevante compreender alguns aspectos do campo midiático e sua relação com outros campos sociais. Nosso percurso metodológico segue o adotado por Adriana Braga em *Corpo-Verão – Estratégias discursivas e agendamento corporal na imprensa feminina* (2003).

Como afirma Rodrigues (1999), na experiência tradicional, pré-moderna, não havia distinção entre os dispositivos naturais de mediação do homem com o mundo (os órgãos sensoriais) e os artificiais (produzidos pela cultura). Nas palavras do autor, havia “continuidade entre a experiência de si, dos outros e do mundo natural, assim como havia homologia entre as dimensões ontológica, ética e estética da experiência” (RODRIGUES, 1999, p. 5). A percepção do mundo era naturalizada, portanto; as coisas eram tomadas como dadas, herdadas, transmitidas pela tradição – nem o que cercava o sujeito nem sua própria identidade eram objeto de questionamento sistemático ou de uma elaboração fundamentada na razão.<sup>47</sup> Por ser naturalizada, e não apreendida por meios formais, a experiência tradicional não podia ser desconstruída. Como exemplo de um saber tradicional, Rodrigues aponta o idioma materno: se tentamos subverter suas regras, “desnaturalizando-o”, ele perde o sentido. Sem ele, nos alijamos da experiência do mundo.

Como praticamente inexistia reflexividade sobre a ação humana, não havia também uma questão comunicacional. A linguagem era somente uma ferramenta de comunicação, não uma temática a ser discutida. As dimensões pragmática e

---

<sup>47</sup> Parte desta lógica teria se alterado com a invenção da escrita, que pressupõe uma autonomização dos dispositivos artificiais de mediação. Ao contrário do saber transmitido pela oralidade, pela escrita, a experiência pode ser transmitida sem estar necessariamente atrelada à presença dos dispositivos naturais de enunciação.

expressivo-simbólica de um campo do saber não eram apartadas: o curandeiro, por exemplo, detinha um conhecimento médico que era sempre utilizado para determinados fins; o “fazer” e o “saber” estavam atrelados.

Na modernidade, várias destas condições alteram-se. A relação do sujeito com ele mesmo, com os outros e com o mundo natural passa a ser alvo de reflexividade e a própria tradição é questionada. A trajetória no mundo é problematizada: seu destino passa a ser de responsabilidade própria, independente de desígnios divinos. Os âmbitos da natureza e da cultura, por sua vez, se descolam.

Rodrigues também destaca que, na era moderna, a dimensão expressivo-simbólica do discurso, seja ele médico, religioso ou jurídico, passa a existir independente da sua aplicação prática, de sua esfera pragmática. Ao contrário da era tradicional, em que os sábios dominavam um conjunto de saberes da experiência, agora o conhecimento se especializa, fundamentado por uma razão questionadora, fazendo emergir peritos em cada instância do saber:

Enquanto a competência do sábio é esotérica, não só porque é válida apenas junto da sua comunidade de pertença, mas porque foi adquirida através do convívio com um mestre, a validade da competência do licenciado é exotérica, porque não está restrita ao espaço de uma comunidade concreta, é universalmente reconhecida e é adquirida, no espaço aberto da Escola, pela aplicação metodicamente conduzida da razão (RODRIGUES, 1999, p.17).

As instâncias simbólica, discursiva e pragmática do campo social se desvinculam. É a chamada separação entre a esfera da ação e a esfera da palavra. Na modernidade, ainda, o campo social adquire legitimidade por meio da aquisição de uma disciplina, uma técnica, não mais de uma sabedoria de viés tradicional. Esta disciplina é “discursivamente formulada”, um conjunto de saberes, atitudes, decisões e hábitos que vão sendo apreendidos pelo sujeito durante sua formação, habilitando-o a interferir em domínios específicos da experiência, não mais no todo como era pretendido pelos sábios.

Neste contexto, portanto, estamos diante de múltiplos campos sociais, que se inter-relacionam e podem acomodar, nestes contatos, situações de tensão e conflito, uma vez que cada um deles tem “pretensão de regular um determinado

domínio da experiência, a partir da delimitação de um determinado quadro do sentido” (RODRIGUES, 1999, p. 18).

Na opinião do autor, os meios de comunicação também configuram um campo social específico, o campo das mídias, que autonomizam, de forma relativa, os dispositivos artificiais de percepção do mundo em relação aos naturais. Sua particularidade reside justamente em ser uma instituição detentora de legitimidade para mediar as relações entre os outros campos, sejam eles religiosos, científicos ou jurídicos.<sup>48</sup>

Compreender o campo midiático, inclusive o discurso jornalístico, como uma esfera relativamente autônoma, que produz sentidos, enquadra saberes e é mediadora da relação entre outros campos é particularmente importante em nosso trabalho, uma vez que nosso foco é a análise da reverberação de um acontecimento nos discursos que circulam na Internet, dispersos de forma heterogênea, elaborados a partir de vozes e campos sociais diversos. Como será detalhado na segunda parte do estudo, a elaboração discursiva da não heterossexualidade na mídia sofre a influência de saberes de variados campos, como o jurídico, que tematiza a questão dos direitos civis para grupos LGBT, o religioso, que gira em torno do que seria ou não aceitável de acordo com as diversas doutrinas, e o biológico, que trata, por exemplo, dos debates acerca de uma suposta essencialização de uma identidade homo, bi ou transexual, ou seja, até que ponto trata-se de uma escolha racional feita pelo indivíduo ou uma determinação biológica.

Argumentos provenientes destes campos alimentam os discursos em estudo, que combinam as mais variadas vozes a respeito da *Parada Gay*. Como destaca Rodrigues, as mídias, mais que sobrepor e combinarem saberes diversos, são também palcos de luta entre estes saberes, que muitas vezes entram em competição. Se os campos sociais não detêm legitimidade absoluta em relação a nenhum tema, isto é ainda mais evidente no caso de questões que mobilizam controvérsias na esfera pública, que não conseguem assentar facilmente uma concordância geral, o que estimula um debate público orquestrado pelas mídias. O

---

<sup>48</sup> Cabe destacar, no entanto, que a autonomia do campo das mídias, assim como sua legitimidade na mediação de outros campos, são relativas, uma vez que os campos sociais em geral – não somente o das mídias – estão em constante luta por legitimidade.

autor toma como exemplo as questões das drogas, do sexismo e da ecologia para tratar desta luta por legitimidade:

Fazendo intervir, ao mesmo tempo, problemas de natureza científica, política, econômica, religiosa, médica, estas novas questões mostram os limites da legitimidade de cada um dos campos sociais instituídos ao longo da modernidade para a formulação e a imposição de valores consensuais e de regras susceptíveis de regular os comportamentos adequados. É no campo dos media que estas novas questões se irão reflectir e problematizar (RODRIGUES, 1999, p. 24).

No campo das mídias, nem mesmo a enunciação jornalística se resume simplesmente a “reportar” o que ocorre na realidade, em uma função meramente expressiva. Muito pelo contrário, os discursos constroem sentidos e efeitos específicos, intervindo não somente em outros campos sociais, mas também naquilo que chamamos de “real”. A realidade como nos é percebida passa a depender menos dos dispositivos naturais de mediação, de nossos órgãos sensoriais, e passa a ser moldada, antecipada e até mesmo substituída pelo campo midiático.

Os discursos, no entanto, não ocorrem em um vácuo: encontram-se intimamente atrelados a um contexto histórico, a determinados fatores que condicionam sua produção. Segundo Foucault, esta produção sofre, constantemente e em todas as sociedades, a interferência de procedimentos de controle, seleção ou exclusão. Por meio de rituais, são definidos quais critérios deve ter a enunciação e quais signos devem acompanhar esta elaboração (FOUCAULT, 2009, p. 39). Não é possível enunciar qualquer coisa, em qualquer local, a qualquer momento; cabe ao analista, portanto, relacionar os discursos ao contexto mais amplo, ao “sistema de significação em que o indivíduo se inscreve” (FOUCAULT, 2009, p. 109).

Por todos estes motivos, mais que uma operação expressiva, o discurso se configura em uma prática,

(...) um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1972, p. 147-148).

Para que possamos efetuar a análise das operações discursivas sobre a *Parada Gay* nas estruturas da Web, precisamos encontrar, em meio a esta prática, aquilo que Foucault chama de “formação discursiva”, que ocorre

(...) no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados (...) e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) (FOUCAULT, 1972, p. 43).

Foucault (1972) também destaca que cada enunciado, apesar de singular, está sujeito a se repetir, se transformar, se articular com outros; portanto mesmo “diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto se eles se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 1972, p. 43). É importante que haja uma regularidade de “objetos, conceitos, tipos de enunciação ou temas” (FOUCAULT, 1972, p. 43) para se falar de uma formação discursiva – esta constância pode ser definida pela coerência dos conceitos ou pela permanência de uma determinada identidade.

Estas formações são, por sua vez, o objeto sobre o qual recai a metodologia de Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 1989). No caso do nosso estudo, as formações discursivas sobre as questões LGBT configuram o pano de fundo de onde emergem os enunciados que iremos investigar adiante.

No contexto da AD, o/a pesquisador/a pretende utilizar mecanismos que explicitem as estratégias empreendidas pelos sujeitos, muitas das quais se encontram encerradas em “níveis opacos” do discurso (MAINGUENEAU, 1989, p. 11). Com base nestes objetivos mais gerais, o/a analista busca construir interpretações – sem a pretensão, no entanto, de elaborar conclusões universais e definitivas, deixando a discussão sempre aberta para que novos estudos adicionem outras significações possíveis. É a partir destas premissas que, estipuladas as categorias de análise suscitadas pelo material organizado, a saber, a discussão sobre a *Parada Gay* na Web, destacamos algumas estratégias discursivas relacionadas a nosso objeto de pesquisa.

Maingueneau (1989) destaca que, a princípio, os objetos passíveis de serem analisados por esta metodologia se aproximam do infinito; quando o/a pesquisador/a efetua seus recortes, as delimitações do seu objeto empírico, estas

seleções acabam manifestando certas problemáticas em dada conjuntura. Como exemplo, o autor cita o foco dado pela Análise do Discurso, em seus primórdios, no discurso político da esquerda francesa, motivados provavelmente pelo programa comum de governo assinado por socialistas e comunistas. No caso da nossa pesquisa, a urgência de discussões sobre direitos LGBT na sociedade, suscitadas também pela *Parada Gay*, influenciou o nosso recorte, o próprio material discursivo que pretendemos investigar.

Vale lembrar, também, que não é qualquer manifestação linguística que pode ser definida como discurso; os discursos articulam textos produzidos “no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação; nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais, etc. e que delimitam um espaço próprio no interior de um interdiscurso limitado” (MAINGUENEAU, 1989, p. 14-15). As enunciações sobre as quais este estudo se debruça correspondem de forma clara a estas dimensões, uma vez que, além de serem submetidas a regras e limitações específicas referentes às próprias instituições com as quais se relacionam, revelam embates socioculturais mais amplos sobre questões sexuais, além de se relacionarem com uma diversidade de campos sociais. Uma vez que, por meio do interdiscurso, os discursos incorporam elementos externos, estes enunciados se encontram em constante reconstrução, nunca configuram objetos acabados. São, portanto, processuais, abertas, e “não a projeção, a expressão estabilizada da ‘visão de mundo’ de um grupo social” (MAINGUENEAU, 1989, p. 113).

Isto significa que uma concepção de discurso deve transcender a noção de um sujeito completamente autônomo que utiliza mecanismos retóricos para atingir um objetivo pré-determinado e consciente; deve levar em consideração a influência da subjetividade do/a enunciator/a sobre os enunciados que elabora.<sup>49</sup>

Além de discurso, outra noção importante em nossos apontamentos metodológicos é a de linguagem. Conforme explicam Berger e Luckmann (1978), ela tem a propriedade de estabelecer “pontes entre diferentes zonas dentro da realidade” (BERGER; LUCKMAN, 1968, p. 59), uma vez que transcende o aqui-agora ao “‘tornar presente’ uma grande variedade de objetos que estão espacial, temporal e socialmente ausentes” (BERGER; LUCKMANN, 1978, p. 59-60). A

---

<sup>49</sup> Neste sentido, também é importante lembrar que, como os enunciadores são as pessoas “de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos” (DUCROT, 1987, p. 195), o sujeito da enunciação não necessariamente corresponde ao sujeito gramatical.

linguagem, então, tem em um de seus principais potenciais o de criar sistemas simbólicos que ultrapassam o âmbito da vida cotidiana, tais como a Arte, a Religião, a Filosofia.

Esta concepção é afim à teoria da Análise do Discurso, que recusa qualquer definição de linguagem que a considere meramente como uma simples transmissão de informações; muito além disso, ela permite “construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes” (MAINGUENEAU, 1989, p. 20). Por isso, o discurso não seria algo que apenas conjugaria posições e opiniões pré-elaboradas, independentes e externas a ele – o discurso *per se* elabora significações e sujeitos:

O discurso, bem menos do que um ponto de vista, é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo da construção de sentido e sujeitos que aí se reconhecem (MAINGUENEAU, 1989, p. 50).

Maugueneau afirma que a concepção de linguagem para a AD é coerente com a da Teoria Pragmática, que também concebe a comunicação linguística considerando que tanto os enunciados, enunciadore e destinatários, assim como as relações construídas com outros enunciados não são simplesmente sobrepostos, *a posteriori*, a uma determinada estrutura linguística, mas sim elementos que condicionam “radicalmente a organização da língua” (MAINGUENEAU, 1989, p. 21).

Com a Pragmática, a AD também compartilha a noção de que a linguagem é uma modalidade de ação: quando imploramos, agradecemos, concordamos ou negamos, este ato é inseparável de uma instituição que fornece os elementos para que este ato se concretize. Maingueneau explica que esta referência a uma ordem jurídica significa que, na verdade, todo ato de fala está submetido a convenções “que regulam institucionalmente as relações entre sujeitos, atribuindo a cada um um estatuto na atividade da linguagem” (MAINGUENEAU, 1989, p. 30). Estabelece-se, neste sentido, uma espécie de contrato linguístico, em que enunciadore/as partem de uma espécie de “ritual social da linguagem” (MAINGUENEAU, 1989, p. 30) para que seus discursos possam ser decodificados.



Por estes motivos, a Análise do Discurso se opõe ao estabelecimento de uma dicotomia entre “língua” e “fala”, estabelecida por Saussure, que foi interpretada como uma oposição entre “um sistema de regras universais e a liberdade de que goza um sujeito ao produzir enunciados contingentes” (MAINGUENEAU, 1989, p. 21). Pela perspectiva da AD, o/a enunciator/a é sujeito de seu discurso mas também por ele “assujeitado”, e de acordo com a concepção da AD não há “exterioridade entre os sujeitos e seus discursos” (MAINGUENEAU, 1989, p.33).

Nesta concepção, a noção de que primeiro elaboramos nossos pensamentos e ideias para então utilizarmos a linguagem, como se ela fosse um mero reflexo de esquemas pré-elaborados, é equivocada: o conceito mental que construímos a respeito do mundo é que é pré-determinado pela língua. A linguagem, assim, recria o mundo, porque o/a enunciator/a de uma fala, ao proferi-la, reproduz a experiência, o visto, o vivido; já o/a destinatário/a, depois de apreender o discurso, também torna-se capaz de recriar o acontecimento reproduzido (BENVENISTE, 1976, p. 26).

Sapir contribui para elucidar estas afirmações quando afirma:

O fato inconcuso é que o “mundo real” se constrói inconscientemente, em grande parte, na base dos hábitos lingüísticos do grupo. Não há duas línguas que sejam bastante semelhantes para que se possa dizer que representam a mesma realidade social. Os mundos em que vivem as diversas sociedades humanas são mundos distintos e não apenas um mundo com muitos rótulos diversos. (...) Quem, por exemplo, desenha umas doze linhas de forma diferente, percebe-as como divisíveis em dadas categorias, como sejam “reta”, “quebrada”, “curva”, “zig-zague”, por causa do que sugerem para a classificação os próprios termos lingüísticos (SAPIR, 1969, p. 20-21).

É essencial manter este caráter de construção social da linguagem no horizonte para não perdermos de vista que os discursos configuram, também, instrumentos de poder, como destacou Bourdieu (1990). O teórico nos lembra que não existe “palavra inocente”, porque cada ato de fala é influenciado não somente

pelo *habitus*<sup>50</sup> linguístico do indivíduo, mas também por sanções e censuras específicas do próprio mercado linguístico.

Não podemos ignorar que, a partir do momento em que a linguagem constroi realidade, os enunciados atualizam, renovam e se submetem a dispositivos de poder, seja pelas autoridades que são selecionadas para respaldar determinadas afirmações, seja pelos jargões de que se valem para construir sua argumentação, seja pelos campos sociais que mobilizam. Conforme veremos adiante, o material de análise de nossa pesquisa revela apropriações diversas de citações e termos semelhantes: é caso da utilização dos termos “ditadura gay” e “ditadura evangélica”, por exemplo. Da mesma forma, a Bíblia e a Constituição constituem autoridades que influenciam os próprios atos de enunciação, legitimando ou deslegitimando os enunciadores a adotarem determinados posicionamentos.

Também é importante considerar que todo discurso combina duas camadas: uma visível, exposta, mais fácil de ser captada, e outra, opaca, que reflete uma exterioridade marcada por forças intensas que condicionam a produção, como a ideologia, a cultura, o imaginário. Temos, então, a camada discursiva – visível – e a camada ideológica, opaca.

Como já afirmamos, todo discurso está amarrado a uma construção ideológica; por este motivo, além de mapear as enunciações úteis ao objeto de pesquisa, o/a analista deve levar em consideração o “não dito”, o “não publicado”, as “vozes”, imagens e significados omitidos pelos/as responsáveis pelo discurso. Durante este processo de análise, o/a pesquisador/a deve sempre estar atento ao risco de *bias*, de buscar somente aquelas enunciações que interessam para sua pesquisa, que possam responder de forma mais coerente suas dúvidas, desconsiderando outras que possam invalidá-las ou sugerir novas hipóteses.

Um dos objetivos principais de nosso estudo é identificar algumas das formas com as quais os campos sociais reagem à *Parada Gay*, evento promovido

---

<sup>50</sup> Por *habitus* linguístico, Bourdieu compreende as disposições, socialmente modeladas, “que implicam uma certa propensão a falar e a dizer coisas determinadas (interesse expressivo), definida ao mesmo tempo como capacidade linguística de engendramento infinito de discursos gramaticalmente conformes e como capacidade social que permite utilizar adequadamente essa competência numa situação determinada” (BOURDIEU, 1990, p. 24).

por minorias em busca de reconhecimento. Quando estudamos uma prática discursiva, Maingueneau nos lembra que estamos lidando com duas faces: a textual e a social. Enquanto os enunciados equivalem à parte textual, a social engloba as chamadas “comunidades discursivas” (MAINGUENEAU, 1989, p. 56), que remetem não somente a agentes e instituições envolvidas, mas também a tudo aquilo que constitui o modo de vida destes grupos. É neste sentido que acreditamos que os discursos motivados pela *Parada Gay* revelam-se objetos relevantes para análise, uma vez que contribuem para compreender o posicionamento de segmentos sociais diversos a respeito das orientações sexuais minoritárias.